



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 09 e 10 de fevereiro de 2022

(Realizada de forma híbrida)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Ambiente Virtual CNAS e Esplanada dos Ministérios - Bloco “F” Anexo, ala “A”, 1º andar, sala 108 - Brasília/DF.

Data: 09 e 10/02/2022

1 Aos nove e dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, de forma híbrida,
2 realizou-se a 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,
3 sob a Coordenação da Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do
4 CNAS e Representante do Instituto EcoVida. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros
5 (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Suplente Marcos Maia Antunes, Representante do
6 Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular André Rodrigues Veras, Representante do
7 Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Natália Cerqueira de Sousa, Representante
8 do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular José Miguel da Costa Júnior, Representante
9 do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Daniella Cristina Jinkings Santana,
10 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de
11 Miranda, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de
12 Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da
13 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Ieda Maria Nobre Castro,
14 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
15 CONGEMAS; Conselheira Suplente Magali Pereira Costato Basile, Representante do
16 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS;
17 Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e Representante
18 do Instituto EcoVida; Conselheiro Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da
19 Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheiro Titular Aguinaldo Umberto
20 Leal, Representante do Fórum Regional de Usuários do Sistema Único da Assistência Social
21 da Amazônia Oriental - FORUSUAS/AOR; Conselheira Suplente Telma Maria Viga de
22 Albuquerque, Representante da ABRA - Associação Brasileira de Autismo; Conselheira
23 Titular Maria Aparecida do Amaral de Faria, Representante da Central Única dos
24 Trabalhadores – CUT; Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da
25 Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-
26 CUT; Conselheira Suplente Larissa de Melo Farias, Representante do Conselho Federal de

27 Psicologia – CFP; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação
28 Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Suplente Agostinho Soares Belo,
29 Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Conselheira
30 Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações
31 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheiro Titular Carlos Nambu,
32 Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Suplente Andrea Perotti
33 Harrop, Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira Suplente Marta Volpi,
34 Representante da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
35 **ABERTURA 09/02/2022:** A Vice-Presidente Aldenora Gomes González iniciou a 303ª
36 Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e informou que presidirá essa reunião
37 ordinária durante estes dois dias, uma vez que o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira
38 está impossibilitado por motivos de saúde. Em seguida, solicitou que a Secretária Executiva
39 do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, realizou a leitura da
40 pauta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia 09/02/2021: 9h30 às 10h - Aprovação
41 da ata da 302ª Reunião Ordinária e da pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às
42 11h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
43 Conselheiros. Informes da SNAS sobre a Covid-19; 11h às 12h30 – Apresentação
44 sobre Programa Auxílio Brasil. Convidados: SENARC, SECAD e SNAS; 14h às 15h30 –
45 Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; 15h às
46 16h30 – Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Dia
47 10/02/2022: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Descentralizada e Ampliada CNAS;
48 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
49 Assistência Social; 14h às 15h30 – Relato da Conjunta da Comissão de Normas da
50 Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 15h30 às 16h30 -
51 Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da
52 reunião Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social -
53 CNAS gestão 2022 a 2024. Informou que a Secretaria Nacional de Assistência Social –
54 SNAS informou que não há possibilidade de todos os convidados estarem presentes no
55 período da manhã para apresentação sobre Programa Auxílio Brasil, sendo que estão
56 sugerindo realizar alterações na pauta para possibilitar essa apresentação no período da
57 tarde. Observou que não foi realizada a reunião da Comissão de Acompanhamento de

58 Benefícios e Transferência de Renda, podendo retirar o seu relato da pauta. Realizadas as
59 adequações necessárias na pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS, a Vice-Presidente
60 Aldenora Gomes González colocou-a em processo de votação, sendo aprovada pela
61 unanimidade dos conselheiros presentes. Prosseguindo aos informes da
62 Presidência/Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária-
63 Executiva do CNAS, solicitou que a Sra. Sara Sebben, Secretaria Executiva do CNAS,
64 realizasse a leitura dos informes, visto que está com problemas em sua voz. A Sra. Sara
65 Sebben iniciou os informes, relatando o Item 1. Ausências Justificadas: A Conselheira
66 Cassia Fernandes, nesta Reunião Ordinária, por motivo de férias; a Conselheira Andrea
67 Perotti, no dia 7 de fevereiro, em razão de outros compromissos institucionais; a Conselheira
68 Edna Alegro, nesta Reunião Ordinária, por compromissos institucionais; a Conselheira
69 Silvia Santos, nesta Reunião Ordinária, devido a problemas de saúde; e o Presidente do
70 CNAS, Miguel Oliveira, devido a problemas de saúde. Item 2.
71 Convocação/Participação: Os/as conselheiros/as da Comissão Organizadora da 12ª
72 Conferência Nacional de Assistência Social foram convocados para reunião no dia 19 de
73 novembro de 2021, das 14h às 18h de forma virtual; os/as Conselheiros/as integrantes da
74 Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos
75 Conselhos da Assistência Social foram convocadas/os para participar da Reunião
76 Conjunta no dia 13 e 14 de dezembro de 2021, das 9h30 às 18h de forma presencial; os/as
77 Conselheiros/as Titulares e Suplentes foram convocados para a 12ª Conferência Nacional de
78 Assistência Social realizada do dia 15 a 18 de dezembro de 2021, das 9h às 18h em
79 Brasília/DF, de forma presencial; o Conselheiro Aginaldo Humberto Leal foi
80 convocado para acompanhar a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite
81 do SUAS, no dia 02 de fevereiro de 2022, com início 09h30, de forma virtual; os/as
82 conselheiros/as titulares do segmento dos Usuários e os membros da Presidência Ampliada
83 foram convocados para 303ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
84 Social a ser realizada no período de 7 a 10 de fevereiro de 2022, das 9h30 às 18h, de forma
85 presencial; os/as Conselheiros/as membros da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no
86 CNAS gestão 2022/2024 foram convocados para a Reunião da Comissão Eleitoral da
87 Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS gestão 2022 a 2024 a
88 ser realizada no dia 7 de fevereiro das 9h30 às 18h, de forma presencial; os/as

89 Conselheiros/as representantes do segmento dos Usuários, titulares, da Presidência
90 Ampliada, da Comissão de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
91 Social foram convocados/as para reunião extraordinária plenária nos dias 22,23 e 24 de
92 março, para tratar sobre as alterações da Resolução CNAS nº 237; os/as conselheiros/as
93 Cássia Fernandes, Célia Maria de Melo Lima, Danyel Iório de Lima, Ieda Castro e Marta
94 Volpi foram convocados para representar o CNAS nas *Lives* - Avaliação do Plano Nacional
95 de Convivência Familiar e Comunitária, como debatedores, nos dias 26 a 28 de janeiro, 2 e 3
96 de fevereiro e no dia 17 de março. Item 3. *E-mails* enviados aos Conselheiros do
97 CNAS: *Link* de acesso a 302ª RO; Ata e Degraação da 302ª Reunião Ordinária, que
98 aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro de 2021. Item 4. Resoluções, Decretos, Leis e
99 Portarias publicadas no DOU: Decreto nº 10.879, de 1º de dezembro de 2021, altera o
100 Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional
101 dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Portaria MC nº 248, de 1º de dezembro de 2021,
102 designa membros para compor a Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de
103 Assistência Social; Resolução CNAS/MC nº 50, de 23 de novembro de 2021, aprova o
104 Calendário de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o
105 exercício de 2022; Portaria Conjunta MC-CNAS nº 16, de 2 dezembro de 2021, dispõe sobre
106 alteração da data da realização da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social; Decreto
107 nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021, regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar
108 o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras
109 Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso; Portaria nº 117, de 2 de dezembro de
110 2021, dispõe sobre os procedimentos operacionais do Programa Alimenta Brasil, na
111 Modalidade Compra com Doação Simultânea realizado por meio de Termo de Adesão;
112 Resolução nº 51, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Acompanhamento aos
113 Conselhos; Resolução nº 52, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de
114 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; Resolução nº 53, de 6 de
115 dezembro de 2021, institui a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
116 Social, para tratar de assuntos relativos ao Financiamento e Orçamento da Política de
117 Assistência Social; Resolução nº 54, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de
118 Normas da Assistência Social para Assuntos Normativos da Política de Assistência Social;
119 Resolução nº 55, de 6 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Política da Assistência

120 Social; Resolução nº 56, de 6 de dezembro de 2021, institui a Presidência Descentralizada e
121 Ampliada para subsidiar o Conselho Nacional de Assistência Social; Resolução nº 57, de 6
122 de dezembro de 2021, institui a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
123 Transferência de Renda e estabelece normas e procedimentos para a seleção das famílias e
124 para a concessão e pagamento da parcela única da Bolsa de Iniciação Científica Júnior
125 prevista no artigo 5º, § 1º, II, da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021;
126 Medida Provisória nº 1.076, de 7 de dezembro de 2021, institui o Benefício Extraordinário
127 destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida
128 Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021; Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro
129 de 2021, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos
130 referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da
131 Constituição Federal; altera as Leis nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário
132 Nacional), e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de
133 novembro de 2009, e dispositivos das Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 12.249,
134 de 11 de junho de 2010; e dá outras providências; Portaria Conjunta MC/MTP/INSS nº 18,
135 de 27 de dezembro de 2021, dispõe sobre a prorrogação da aplicação das medidas
136 excepcionais previstas na Lei nº 14.176, 22 de junho de 2021, acerca de procedimentos
137 aplicados à concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
138 Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa
139 Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro
140 de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nº 10.696,
141 de 2 de julho de 2003, nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e nº 12.722, de 3 de outubro de
142 2012; e dá outras providências; Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre
143 o Comitê Federal de Assistência Emergencial; Decreto nº 10.919, de 29 de dezembro de
144 2021, prorroga a concessão do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias
145 do Programa Auxílio Brasil; Portaria MC nº 731, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre
146 os procedimentos de que trata a Lei nº 14.171, de 10 de junho de 2021, afetos ao auxílio
147 emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; Portaria MC nº 733, de 29
148 de dezembro de 2021, institui a Estrutura de Equipagem do Sistema Único de Assistência
149 Social – EquipaSUAS; Portaria Nº 5, de 5 de janeiro de 2022, dispõe sobre as condições
150 previstas na Portaria MC nº 735, de 31 de dezembro de 2021; Decreto nº 10.931, de 10 de

151 janeiro de 2022, institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os
152 Povos Indígenas; Resolução CNAS/MC nº 58, de 10 de janeiro de 2022, compõe a
153 Comissão Eleitoral para a representação da sociedade civil no Conselho Nacional de
154 Assistência Social - CNAS, gestão 2022-2024; Pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS;
155 Portaria MC Nº 742, de 27 de JANEIRO de 2022, Prorroga o prazo estabelecido no artigo 5º
156 da Portaria MC nº 590, de 13 de janeiro de 2021, que dispõe acerca de medidas para o
157 enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência
158 da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança
159 Feliz/Primeira Infância no SUAS. Item 6. CNAS Informa e *blog*: Conheça os assuntos que
160 serão debatidos na primeira reunião do Conselho Nacional – 26 de janeiro; Iniciado processo
161 para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil para compor o CNAS – 6 de janeiro;
162 Alterações do BPC e percentual da receita da União destinado ao SUAS estão entre as
163 deliberações – 21 de dezembro (fonte: DICOM/MC); Certificado da 12ª Conferência
164 Nacional de Assistência Social está disponível – 20 de dezembro; Programação da 12ª
165 Conferência Nacional para o dia 17 de dezembro – 17 de dezembro; 12ª Conferência
166 Nacional de Assistência iniciou nesta quarta-feira, 15 de dezembro – 16 de dezembro;
167 Número de suporte da plataforma E-LOAS temporariamente fora do ar – 16 de dezembro;
168 Aberto *links* para propostas de emendas e inclusão de moções – 15 de dezembro; *Link* de
169 transmissão da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social – 15 de dezembro; Caderno
170 de deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social está disponível – 14 de
171 dezembro; Atenção votação do regimento interno será na quarta-feira primeiro dia da
172 Conferência - 14 de dezembro; Informações aos delegados sobre acessibilidade – 14 de
173 dezembro; Delegados devem votar Regimento Interno nesta terça-feira – 13 de dezembro;
174 Aberto credenciamento para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social – 12 de
175 dezembro; Credenciamento da Conferência Nacional inicia no dia 12 de dezembro – 10 de
176 dezembro; Inscrições para observadores da 12ª Conferência Nacional serão abertas no dia 06
177 de dezembro – 3 de dezembro; 28 anos da LOAS e Orientações para 12ª Conferência
178 Nacional são os temas da *live* do CNAS – 2 de dezembro; Nota Pública em Defesa da
179 Vinculação de Recursos para a Assistência Social é divulgada pelo Conselho – 1 de
180 dezembro; Regimento Interno da 12ª Conferência Nacional ficará disponível para apreciação
181 dos delegados – 22 de novembro; 12ª Conferência Nacional de Assistência Social será

182 realizada nos dias 15 a 18 de dezembro de 2021 – 16 de novembro. Item 7. Aniversariantes
183 do mês de fevereiro: Conselheira Aline Araújo – 10/02. A Sra. Maria das Mercês Avelino
184 de Carvalho justificou que todas as informações dos meses de novembro e dezembro de
185 2021 foram resgatas para que tenham todas as informações registradas em ata. Passando aos
186 informes do Ministério da Cidadania - MC, o Conselheiro Marcos Maia Antunes,
187 Representante do Ministério da Cidadania, informou sobre a realização da Consulta Pública
188 do Caderno de Acompanhamento das Organizações da Sociedade Civil - OSCs no SUAS,
189 explanando que o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS –
190 DRSP/SNAS abriu uma consulta pública sobre o Caderno de Acompanhamento das OSCs
191 no SUAS. O documento apresenta subsídios, conceitos, categorias e procedimentos para
192 órgãos gestores municipais, do DF e estaduais, conselhos e OSCs, no sentido de orientá-los
193 a respeito da importância da relação público-privado no SUAS e de propor um passo a passo
194 do acompanhamento das organizações, a fim de possibilitar a qualificação e o fortalecimento
195 da rede socioassistencial nos territórios. Afirmou que contam com participação e divulgação
196 dos membros do CNAS, sendo que o material e o formulário eletrônico estão disponíveis no
197 *Blog* da Rede SUAS e as contribuições poderão ser enviadas até o dia 14 de março de 2022.
198 Explanou que a SNAS também está com Consulta Pública aberta sobre os manuais das
199 medidas de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC para
200 adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Esclareceu que os
201 documentos foram construídos para dar suporte aos profissionais do Sistema Único de
202 Assistência Social - SUAS e para as famílias dos jovens. Discorreu que a população pode ter
203 acesso aos guias e opinar na sua construção e as contribuições podem ser feitas até o dia 8 de
204 março, por meio do *link*: [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)
205 [conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)
206 [contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto)
207 [em-meio-aberto](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/cidadaos-podem-contribuir-na-construcao-de-guias-para-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-meio-aberto). Comprometeu-se em também incluir essa consulta no *Blog* da Rede SUAS.
208 Arrazou que, considerando as chuvas intensas desde o mês de novembro de 2021,
209 intensificando no mês de dezembro/21, e o alto número de municípios afetados, a SNAS
210 empreendeu esforços em simplificar os procedimentos para acesso aos recursos do
211 cofinanciamento federal para atendimento à população desalojada e/ou desabrigada, por
212 meio do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

213 Informou que foram recebidos requerimentos de 116 municípios, de oito Estados (BA, MG,
214 TO, PI, MA, RJ, PA e SP), totalizando R\$ 10.525.000,00. Destacou que foi repassado até o
215 momento o montante de R\$ 9.047.000,00 para 67 municípios, sendo que os outros 14
216 processos, totalizando R\$ 1.418.000,00, encontram-se em processo de pagamento. Informou
217 que, em continuidade às ações de apoios técnicos não presenciais, a SNAS realizou no mês
218 de janeiro/2022 as ações elencadas abaixo: a) O Departamento de Proteção Social Especial
219 (DPSE) está realizando Ciclo de *Lives* de Apresentação dos Resultados da Avaliação do
220 Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A Ação teve início no final do ano
221 passado e foi retomada em janeiro deste ano, ocorreram *lives* nos dias 26 e 28 de janeiro, 02
222 e 03 de fevereiro. As próximas *lives* ocorrerão nos dias 11 de fevereiro e 17 de março de
223 2022. Todas as ações estão sendo transmitidas pelo canal Rede SUAS no *YouTube*; b)
224 Parceiros da Avaliação do Plano Nacional: Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e
225 Comunitária (MNPCFC); IPEA; CNJ (Conselho Nacional de Justiça); CNMP (Conselho
226 Nacional do Ministério Público); e CONDEGE (Conselho Nacional das Defensoras e
227 Defensores Públicos-Gerais); ANGAAD (Associação Nacional de Grupos de Apoio à
228 Adoção). Apoiadores: Aldeias Infantis SOS; Organização Internacional para as Migrações
229 (OIM); Instituto Fazendo-História. Colaboração: Secretaria Nacional da Família (MMFDH).
230 Em seguida, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum
231 Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, realizou os
232 informes do FONSEAS, destacando o início das suas atividades no mês de janeiro/22 com a
233 realização de reunião da Câmara Técnica no dia 24, na qual iniciaram um levantamento
234 sobre o CapacitaSUAS nos 26 Estados e no Distrito Federal. Seguindo aos informes do
235 CONGEMAS, a Conselheira Magali Pereira Costato Basile, Representante do Colegiado
236 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, informou que o
237 Colegiado realizou uma parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal para
238 divulgação da pesquisa sobre os impactos provocados pela Covid-19 na primeira infância.
239 Acrescentou que o Presidente do CONGEMAS está participando de reunião, nessa manhã,
240 para discutir a Lei nº 14.284/2021 e que, no dia 15 de fevereiro, será realizado o Encontro
241 Regional do Nordeste, que será sediado em Teresina/PI. Informou também que o Colegiado
242 participou da reunião da CIT-SUAS realizada no dia 2 de fevereiro. Com relação aos
243 informes da CIT-SUAS, o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum

244 Regional de Usuários do Sistema Único da Assistência Social da Amazônia Oriental -
245 FORUSUAS/AOR, notificou que a 12ª Reunião da CIT-SUAS aconteceu no dia 2 de
246 fevereiro, das 9h às 18h, ambiente virtual, na qual discutiu sobre o Programa
247 CapacitaSUAS, Ofício nº 6.722, saldos em contas e demonstrativo físico-financeiro,
248 convocação de reuniões e aprovação do seu calendário de 2022. Explanou que inicialmente
249 foi realizado um informe referente à reprogramação dos recursos extraordinários da
250 articulação para o programa de vigência da Lei nº 14.029/2020, o qual foi transformado em
251 ponto de pauta e que também realizaram a discussão da PEC 383/2017 para definição dos
252 recursos mínimos da Assistência Social. Abrindo para os informes dos conselheiros, o
253 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do
254 Brasil – ONCB, cumprimentou todos os presentes e destacou a realização do Encontro
255 Regional feito em Município de Atibaia/SP, no qual foram empossados os conselheiros do
256 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência do referido município, reunindo, inclusive,
257 os secretários de assistência social e lideranças políticas da região. A Conselheira Célia
258 Maria de Souza Melo Lima registrou o excelente trabalho realizado pela equipe responsável
259 pela avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e
260 Adolescentes e comunicou que representou o CNAS na *live* do dia 26 de janeiro sobre o
261 tema. Discorreu que, no dia 7 de fevereiro de 2022, o Governador do Estado do Ceará
262 premiou os 30 CRAS com melhor desempenho de acordo com o Pacto de Aprimoramento
263 do SUAS feito. Acrescentou que o estado está iniciando o processo de capacitação dos
264 municípios, inclusive, sobre o prontuário eletrônico do SUAS. A Vice-Presidente Aldenora
265 Gomes González comunicou que representou o CNAS no lançamento de cooperação técnica
266 com a Universidade Federal de Santa Catarina em relação ao Programa “Saberes SUAS”
267 realizado no dia 25 de janeiro. Prosseguindo ao relato da reunião da Conjunta da Comissão
268 de Normas da Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, realizada
269 no dia 7 de fevereiro de 2022, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, Representante da
270 Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-
271 CUT, indicou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes.
272 Discorreu que foram debatidos os seguintes item de pauta: Item 1. Finalização da discussão
273 de mérito das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006.
274 Encaminhamento: a) Os Conselheiros irão elaborar redação no artigo 10 acrescentando um

275 dispositivo que trata de número mínimo para os Estados e DF. Item 2. Definição da Pauta da
276 próxima reunião, do assunto principal e dos convidados, se houver: 2.1. Finalização da
277 discussão de mérito das sugestões da Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006.
278 Não havendo destaques, o relato da reunião da Conjunta da Comissão de Normas da
279 Assistência Social e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos foi considerado
280 aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Seguindo para o relato da reunião da
281 Comissão de Política da Assistência Social, realizada no dia 7 de fevereiro de 2022, a
282 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima indicou os conselheiros e membros da
283 Secretaria Executiva do CNAS presentes. Relatou que foram debatidos os seguintes itens de
284 pauta: Item 1. Apresentação e validação do Fluxo de Monitoramento do II Plano Decenal.
285 Encaminhamentos: a) Enviar ofício à SNAS relatando o processo de construção do Plano de
286 Monitoramento do II Plano Decenal da Assistência Social realizado com a participação do
287 DGSUAS/SNAS, encaminhando o documento com a proposta de indicadores para o
288 monitoramento das metas aprovado no Pleno em outubro de 2021 e solicitando que a SNAS
289 apresente o Relatório de Execução do II Plano Decenal (2017 a 2021), no Pleno do CNAS -
290 previsão para o mês de junho/2022; b) Após o recebimento e a apresentação pela SNAS do
291 Relatório de Execução do II Plano Decenal – 2017/2021, a Comissão de Política propõe a
292 seguinte distribuição das metas entre os subcolegiados do CNAS, de acordo com a temática
293 afim, visando cumprir a etapa 2 do monitoramento descrita acima: Comissão de Política: 12
294 metas, sendo que em uma delas há previsão de discussão conjunta com a Comissão de
295 Normas; Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: 5 metas;
296 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: 2 metas; Comissão de Financiamento e
297 Orçamento: 3 metas; Comissão de Normas: 5 metas, sendo que em uma delas há previsão de
298 discussão conjunta com a Comissão de Política; e Presidência Ampliada: 1 meta; c) Dar
299 ciência à Presidência Ampliada do Cronograma das ações do referido monitoramento, que
300 envolve previsão da apresentação do Relatório de Execução do II Plano Decenal no Pleno do
301 CNAS em junho/22, bem como a proposta de distribuição das metas entre os subcolegiados
302 do CNAS. Item 2. Outros Assuntos: 2.1. Ofício nº 44/2021 do Conselho Municipal de
303 Assistência Social de Franca/SP, recebido em 5 de agosto de 2021, pelo qual encaminha
304 Manifestos - Instrumentos de Luta Coletiva; solicita o apoio e adesão e convida o CNAS a
305 compor a luta em defesa do SUAS. Encaminhamento: a) Levar à consideração da

306 Presidência Ampliada, para apreciação e validação, o parecer favorável da Comissão de
307 Política de adesão pelo CNAS ao Manifesto por Financiamento Híbrido (SUS e SUAS) para
308 os Serviços de Acolhimento Institucional para a Pessoa Idosa. Item 3. Definição da pauta e
309 do assunto principal da reunião da Comissão, dia 8 de março/22: 9h30 às 12h - Apresentação
310 do Relatório Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos
311 técnicos, administrativos e financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS no
312 19/2016, pautando os avanços e desafios de sua execução, tendo como referência o Art. 2º,
313 incisos I a VII da Resolução CNAS/MC nº 29, de 11 de março de 2021, que aprova
314 recomendações de aprimoramento ao Programa Primeira Infância no Sistema Único de
315 Assistência Social – SUAS. Convidada: SNAPI/MC; 14h às 18h - Reunião conjunta da
316 Comissão de Política do CNAS, da Comissão de Políticas Públicas do Conanda e da SNAS -
317 diálogo sobre as possibilidades de definição de indicadores para a meta 19 do II Plano
318 Decenal da Assistência Social. Convidados: SNAS/MC, Comissão de Políticas Públicas do
319 Conanda. Principal ponto de pauta: Apresentação do Relatório Trimestral do Programa
320 Primeira Infância no SUAS, no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e
321 financeiros, em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016. Explicou detalhadamente
322 a proposta do Plano de Ação de Monitoramento do II Plano Decenal para sanar quaisquer
323 dúvidas dos conselheiros. Abrindo para manifestações, a Vice-Presidente Aldenora Gomes
324 González destacou a importância de deixar um planejamento detalhado das ações para que
325 os novos conselheiros possam construir as suas concepções, parabenizando a Comissão de
326 Política pelo detalhamento apresentado. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
327 ressaltou que todo esse trabalho realizado contou com a colaboração da SNAS e que todo o
328 processo também contou com ampla participação, lembrando a realização de oficina sobre o
329 II Plano Decenal. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González questionou sobre a
330 possibilidade de apresentar relatório de execução do II Plano Decenal em maio ao invés de
331 junho, sendo esclarecida pelo Conselheiro Marcos Maia Antunes que não foi possível
332 mensurar muitas das metas do referido plano, por isso estão sugerindo esse prazo. Porém,
333 tendo a necessidade, sugeriu incluir como encaminhamento a convocação dos conselheiros
334 que estarão deixando o CNAS para participar dessa apresentação. O Conselheiro Carlos
335 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB, indagou se a Comissão pensou
336 na possibilidade de realizar uma reunião com a Comissão de Monitoramento das

337 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social para tentar casar as
338 deliberações das conferências com o II Plano Decenal. A Conselheira Célia Maria de Souza
339 Melo Lima explicou que o relatório de cada meta deverá contemplar a análise da tabela
340 padrão preenchida pelos subcolegiados e trazer as considerações e propostas de
341 encaminhamentos, considerando as deliberações do CNAS das conferências, bem como
342 previsão orçamentária. Lembrou que existem três metas que, neste momento, não será
343 possível ter uma avaliação objetivo. O Conselheiro Carlos Nambu entendeu que o relatório
344 de execução é muito importante para o planejamento do CNAS, inclusive, para apreciação
345 da proposta orçamentária. A Conselheira Ieda Maria Nobre Castro, Representante do
346 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS,
347 compreendeu que seria necessário que a União tivesse também um plano de implementação
348 do II Plano Decenal, por ser instrumento estratégico. O Conselheiro Marcos Maia Antunes
349 explicou que a Resolução nº 07/2016 estabeleceu que o CNAS deve fazer um Plano de
350 Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal. Externadas todas as opiniões e manifestações
351 pelos conselheiros, foi consensuado como encaminhamentos da plenária: a) Que seja
352 incluído no Plano de Monitoramento e Avaliação do Plano Decenal o monitoramento das
353 metas previstas no Plano Plurianual – PPA Federal para avaliar os seus impactos na
354 implementação do II Plano Decenal como instrumento de avaliação; b) Realização de
355 Reunião Conjunta da Comissão de Política e Comissão de Financiamento e Orçamento para
356 discutir o PPA em relação ao II Plano Decenal; c) Realização de reunião Conjunta da
357 Comissão de Política, Comissão de Monitoramento para discutir as deliberações do II Plano
358 Decenal; d) Realização de outras reuniões conjuntas quando necessário. Realizado o
359 intervalo e retomada a reunião no período da tarde, a Vice-Presidente Aldenora Gomes
360 González cumprimentou a todos e seguiu à apresentação sobre Programa Auxílio Brasil.
361 Deu boas-vindas aos convidados presentes, passando a palavra. O Sr. Átila Brandão de
362 Oliveira Junior, Secretário Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, cumprimentou os
363 presentes e apresentou sobre o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº
364 1.061, de 9 de agosto de 2021, finalizado em dezembro de 2021 pela sanção da Lei nº
365 14.284, de 30 de dezembro de 2021. Destacou que esse programa trata muito da
366 intersectorialidade entre os Ministérios da Cidadania - MC, da Ciência, Tecnologia e
367 Inovações – MCTI, da Saúde – MS e da Educação – MEC. Elencou os temas pertinentes a

368 cada ministério contemplados pelo programa e os pilares na implantação do Auxílio Brasil,
369 sendo: segurança na transição entre os programas, maior cobertura e valores reajustados e
370 regra de emancipação e retorno garantido. Expôs a cesta de benefícios e condicionalidades
371 iniciais do programa e, em seguida, a sua nova cesta de benefícios e as linhas reajustadas.
372 Explanou detalhadamente da cesta de benefícios, salientando que a família pode receber,
373 cumulativamente, os três benefícios da cesta raiz, além do pagamento do Benefício
374 Compensatório de Transição, se for o caso. Explicou sobre o pagamento e saque dos
375 benefícios, ponderando que a família poderá sacar os benefícios do Auxílio Brasil com o
376 Cartão Bolsa Família até a emissão de um novo cartão. Observou que a validade da parceira
377 dos benefícios do Programa Auxílio Brasil é de 120 dias e os benefícios não sacados da
378 conta contábil nesse prazo serão restituídos ao programa. Arrazoou sobre o
379 acompanhamento das condicionalidades, elencando-as. Prosseguindo, apresentou a folha de
380 novas concessões realizadas em janeiro de 2022, destacando que foi a maior concessão já
381 realizada na história das políticas de transferência de renda do governo federal, zerando a
382 fila de habilitados. Apresentou os dados referentes ao Benefício Extraordinário, ao Auxílio
383 Gás e à Bolsa de Iniciação Científica Júnior, explanando que as demais informações poderão
384 ser consultadas por meio da página do Auxílio Brasil no Portal da Cidadania e do acesso a
385 “Perguntas Frequentes”. Agradeceu pela oportunidade e justificou que terá que se ausentar
386 da reunião devido a outros compromissos institucionais, deixando a Sra. Mariana Carvalho
387 de Lorenzo responsável pelo esclarecimentos de dúvidas. Dando sequência, a Sra. Maria
388 Yvelonia dos Santos Barbosa, Secretária Nacional de Assistência Social – SNAS,
389 cumprimentou a todos e realizou a sua autodescrição. Informou que a SNAS está presente
390 como o intuito de apoiar e demonstrar ao CNAS que o Programa Auxílio Brasil se trata de
391 uma ação conjunta, colocando-se a disposição para sanar ou complementar as dúvidas.
392 Abrindo para manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira observou que o número
393 de pessoas em situação de rua, na cidade de São Paulo/SP, aumentou 31%, entre 2019 e
394 2021, questionando o que essas inovações acrescentam para esse público e demais
395 populações em situação de vulnerabilidade. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva
396 explanou que lhe chamou atenção a comparação realizada do Programa Bolsa Família – PBF
397 em janeiro de 2021 com o Programa Auxílio Brasil em janeiro de 2022, indagando se foi
398 considerado o Auxílio Emergencial. A Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo, Apoio da

399 Diretora do Departamento de Operação – SENARC, compreendeu que é necessário ter uma
400 visão clara de que o principal impacto do Auxílio Brasil está relacionado aos valores
401 maiores do que o existente no PBF, além de auxiliar o trabalho referente ao tema da
402 população em situação de rua e zerar a fila das famílias que estavam aguardando o benefício.
403 Postulou que é necessário trabalhar, com a SNAS e com a Secretaria Nacional do Cadastro
404 Único – SECAD, as possibilidades de acolhimento das famílias em situação de rua para que
405 consigam, de fato, ter acesso ao Cadastro Único e a partir desse acesso torná-las beneficiárias
406 do Programa Auxílio Brasil. A Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa complementou
407 salientando que se trata de uma ação de atuação coletiva, exemplificando com a parceria
408 realizada pela SNAS com o Ministério da Saúde para lidar com as questões de saúde para
409 população em situação de rua e com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
410 Humanos – MMFDH em relação ao Programa Moradia Primeiro. Com relação ao
411 questionamento da Conselheira Irene Rodrigues da Silva, a Sra. Mariana Carvalho de
412 Lorenzo esclareceu que foram comparados os valores dos beneficiários inseridos no PBF e
413 no Programa Auxílio Brasil. A Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa salientou a
414 necessidade de diferenciar a atenção dos públicos, separando o público do Programa de
415 Transferência de Renda do público do Auxílio Emergencial. Afirmou que o Cadastro Único
416 é um ganho para todos os brasileiros e para a Política de Assistência Social. A Conselheira
417 Magali Pereira Costato Basile explanou sobre a preocupação existente em relação às pessoas
418 em situação de rua, externando a sua satisfação com a parceria realizada. Informou que
419 alguns municípios da região norte e nordeste estão com muita dificuldade em acessar o
420 Aplicativo Caixa TEM e colocou a sua preocupação com relação à diminuição do valor do
421 benefício em 2023, solicitando esclarecimento sobre esse tema. O Conselheiro Carlos
422 Nambu indagou se os valores destinados para as despesas discricionárias do SUAS podem
423 ser direcionados ao Programa Auxílio Brasil para assegurar o valor do benefício.
424 Prontamente, a Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo respondeu que ter uma data de finalização
425 do Benefício Extraordinário, não significa que não será continuado, ponderando que é
426 necessário aguardar o tempo correto de tramitação do processo orçamentário de 2023 para
427 colocar essa questão. Explicou que o programa de transferência de renda não é uma despesa
428 discricionária e não comunica com despesas discricionárias de outras fontes. O Conselheiro
429 Carlos Nambu destacou a necessidade pensar no futuro considerando a EC nº 95/2016, uma

430 vez que serão os usuários que sofrerão. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral de Faria,
431 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, arrazoou que a pandemia de
432 Covid-19 expôs uma situação já vivida, a qual foi intensificada e será agravada ainda mais.
433 Contextualizou a discussão realizada pela Comissão de Política sobre a necessidade de busca
434 ativa de dados sobre as políticas, para que possam auxiliar estados e municípios em suas
435 ações. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva deixou claro que esse item de pauta veio
436 como uma exposição para o CNAS, afirmando que foi negado ao Conselho o debate anterior
437 a sua implantação. A Sra. Mariana Carvalho de Lorenzo postulou que o Ministério da
438 Cidadania persistirá na posição de busca do fortalecimento de todas as suas ações e projetos,
439 colocando-se à disposição para que haja um diálogo mais próximo do Conselho Nacional. A
440 Sra. Maria Yvelonia dos Santos Barbosa agradeceu a possibilidade de participação e
441 ressaltou que o papel do CNAS é defender a política pública. Registrou a importância do
442 CNAS, junto com o Ministério da Cidadania, CONGEMAS e FONSEAS, realizar o esforço
443 coletivo pela aprovação da PEC nº 383/2017 e destacou os desafios existentes para todas as
444 políticas públicas, especialmente, para a Política de Assistência Social, os quais
445 demonstraram a sua importância. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima entendeu
446 que seria indispensável retirar alguns encaminhamentos da explanação da Conselheira Maria
447 Aparecida do Amaral de Faria, sugerindo que o CNAS iniciasse um processo de articulação
448 com o Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de assegurar o financiamento da
449 Política Pública de Assistência Social, sobretudo, a PEC 393/2017. Além disso, sugeriu que
450 os dados da população que acessou o Cadastro Único fossem comparados com as ofertas da
451 assistência a partir dos relatórios informacionais. Não havendo manifestações contrárias, as
452 sugestões apresentadas foram acatadas pela unanimidade dos conselheiros presentes.
453 Prosseguindo ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,
454 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva, elencou os
455 conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes. Relatou
456 que foram apreciados os seguintes itens de pauta, em ordem de debate: Item 2. Continuidade
457 da agenda de monitoramento do art. 30 da LOAS: Apresentação da proposta de adequação
458 do Painel de Monitoramento dos Conselhos. Encaminhamentos: a) Solicitar à SNAS
459 providências quanto à disponibilização do Painel do CPF, para a reunião trimestral do mês
460 de março/2022; b) Que a Secretaria Executiva do CNAS, promova o lançamento do Painel

461 do CPF na Reunião Trimestral/março/2022. Item 3. Apresentação do relatório de
462 monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a quantidade por UF e as
463 informações qualitativas quantos aos entes afetados. Encaminhamento para a Presidência
464 Ampliada: a) Solicitar a Presidência Ampliada, a inclusão do ponto de pauta, na 304ª
465 Reunião Ordinária: A apresentação do relatório de monitoramento do artigo 30 da LOAS,
466 identificando-se a quantidade por UF e as informações qualitativas quantos aos entes
467 afetados. Item 4. Apresentação das experiências das práticas exitosas dos CEAS convidados
468 para a reunião, com vistas ao assessoramento e acompanhamento dos conselhos. Item 1.
469 Discussão do Tema/Programação da Reunião Trimestral a ser realizada no dia 07 de
470 março/2022 (Assunto principal): Minuta de programação para a Reunião Trimestral do
471 CNAS (data: 07 de março de 2022 (virtual), horário: 09h30 às 17h30, Local: Ambiente
472 Virtual CNAS): 9h30 – Abertura (Presidente e Vice-presidente - presença dos
473 coordenadores). Convidados: MC/SNAS, CEAS e CAS/DF; 10h30 - Tema 1: Lançamento
474 do Painel do CPF. Apresentação: SNAS/DGSUAS e SAGI. Coordenação: CAC; 11h30 –
475 Almoço; 14h00 - Tema 2 – Avaliação das Conferências Estaduais. Coordenação: CAC;
476 15h00 as 17h00 – Debate com exposição dos CEAS e CAS/DF; 17h00 as 17h30 –
477 Encaminhamentos e Encerramento. Item 5. Definição da Pauta do mês de março/2022, do
478 assunto principal e dos convidados, se houver: 5.1. Apresentação do Departamento de
479 Regulação da SNAS, sobre a Lei de Criação do SUAS, visando subsidiar os CMAS/CEAS
480 na atualização da Lei conforme normativas vigentes. Convidado: Departamento de
481 Regulação da SNAS. Abrindo para destaques, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González
482 informou que o encaminhamento destinado a Presidência Ampliada já foi incluído em seu
483 relato que será realizado no segundo de reunião, no período da manhã. Feitos todos os
484 esclarecimentos necessários, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos
485 Conselhos foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Havendo
486 tempo hábil, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González sugeriu realizar o relato da
487 reunião da Comissão Eleitoral da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência
488 Social - CNAS gestão 2022 a 2024, realizada no dia 7 de fevereiro de 2022, o que foi
489 acatado. Dando sequência, elencou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva do
490 CNAS presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
491 Informes. Item 2. Escolha dos conselheiros para ocupar os cargos de presidente e vice-

492 presidente da Comissão. A Comissão indicou e aprovou os nomes da Conselheira Vice-
493 Presidente Aldenora Gomes González para Presidente da Comissão e da Conselheira Irene
494 Rodrigues da Silva para Vice-Presidente da Comissão Eleitoral. Item 3. Escolha dos
495 membros das Equipes de Habilitação e Recurso: 3.1. A Equipe de Habilitação ficou
496 composta pelos Conselheiros Aguinaldo Umberto Leal, Irene Rodrigues da Silva e Silvia
497 Regina dos Santos; 3.2. A Equipe de Recurso ficou composta pelas Conselheiras Aldenora
498 Gomes González, Isolete Magali G. Bacca e Vânia Maria Machado. Item 4. Escolha dos
499 coordenadores das Equipes de Habilitação e Recurso: A Comissão indicou e aprovou os
500 nomes do Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal para Coordenador da Equipe de Habilitação
501 e a Conselheira Vânia Maria Machado para Coordenadora da Equipe de Recurso. Item 5.
502 Apresentação dos instrumentais: 5. 1. Apresentação do Programa contendo o banco de dados
503 dos processos de requerimento de habilitação ao Processo Eleitoral da Sociedade Civil
504 Gestão 2022/2024; 5.2. Apresentação da Verificação Técnica *Check-list* realizada pela
505 Secretaria Executiva do CNAS bem como o modelo de Decisão das Equipes de Habilitação
506 e de Recurso; 5.3. Explicação passo a passo da análise dos documentos pelo Sistema
507 Eletrônico de Informações – SEI, bem como procedimento de assinatura eletrônica dos
508 Pareceres. Item 6. Calendário e pauta das próximas reuniões: 6.1. Calendário: 18 de
509 fevereiro de 2022, 09h às 18h - Reunião Virtual; 03 e 04 de março de 2022, 09h às 18h –
510 Reunião Presencial; 6.2. Pauta: Análise dos processos pela Equipe de Habilitação com a
511 participação de todos os membros da Comissão Eleitoral. Encaminhamento: a) A Comissão
512 decidiu encaminhar à Presidência Ampliada a decisão de que em todas as reuniões das
513 Equipes sejam convocados todos os membros da Comissão a fim de que todos os passos e
514 análises sejam acompanhados por todos. Equipe de Habilitação: Análise dos Processos
515 recebidos até 07 de fevereiro de 2022; e Emissão de parecer pela habilitação ou não
516 habilitação. Esclareceu que ainda não podem realizar reuniões da Comissão Eleitoral,
517 ponderando que as reuniões agendas são para as Equipes de Habilitação e Recurso e
518 solicitando que fosse realizada essa indicação no relato. Solicitou também que o
519 encaminhamento indicado de que sejam convocados todos os membros da Comissão para as
520 reuniões das Equipes fosse excluído, tendo em vista a explicação já realizada. A Sra. Maria
521 das Mercês Avelino Carvalho realizou os esclarecimentos complementares sobre a situação
522 e solicitou que constasse na memória o acompanhamento realizado pelo Ministério Público

523 em todo processo. Solicitou também que o CNAS e os conselheiros da Sociedade Civil
524 realizassem uma ampla divulgação nacional do processo eleitoral e do prazo final para envio
525 das documentações. Houve consenso de que, devido ao texto da própria Resolução do
526 Processo Eleitoral, as reuniões serão realizadas com a presença apenas dos membros de cada
527 uma das Equipes de acordo com o calendário. **ENCERRAMENTO 09/02/2022:**
528 Finalizados os itens do dia, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González agradeceu a
529 presença de todos, encerrando o primeiro dia da 303ª Reunião Ordinária do CNAS.
530 **ABERTURA 10/02/2022:** A Vice-Presidente Aldenora Gomes González iniciou o segundo
531 dia da 303ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e realizou a leitura da
532 pauta do dia. Em seguida, solicitou que a Secretária-Executiva do CNAS realizasse a
533 verificação do quórum. Verificado o quórum, aprovou-se uma inversão de pauta, passando
534 ao relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social,
535 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022. O Conselheiro Carlos Nambu elencou os
536 conselheiros, convidados, demais conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS
537 presentes e salientou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação
538 do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2021.
539 Encaminhamentos: a) Aprovar o Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do
540 FNAS – Exercício 2021 (quórum qualificado); b) Convidar o DEFNAS para estar presente
541 na Plenária do CNAS no dia 10/02, durante o relato da Comissão de Financiamento e
542 Orçamento. Item 2. Status LOA 2022. Encaminhamentos: a) Convidar a SNAS para
543 apresentação da LOA 2022 no relato da Comissão de Financiamento e Orçamento no dia
544 10/02 pela manhã; b) Que a Secretaria Executiva faça a tabela de comparativo da Resolução
545 CNAS nº 38, de 20 de julho de 2021, com a LOA 2022; c) Confeccionar uma nota de
546 manifestação do CNAS sobre a LOA 2022, que será elaborada e enviada para os membros
547 da Comissão para possíveis contribuições e encaminhada para aprovação do plenário.
548 Posteriormente serão atualizados pela SNAS os dados do impacto referente à redução
549 orçamentária, com ampla divulgação após aprovação do plenário e a referida atualização; d)
550 Proposta de reunião do CNAS (Presidente e Vice-Presidente), CONGEMAS e FONSEAS
551 com o Ministro da Cidadania para tratar da LOA 2022 (Presidência Ampliada); e) Proposta
552 de reunião do CNAS (Presidente e Vice-Presidente), CONGEMAS e FONSEAS com o
553 Deputado Hugo Leal (PSD-RJ), Relator-Geral do Orçamento da LOA 2022; f) Que se torne

554 imprescindível à verificação no plenário em relação ao apoio e à articulação a PEC
555 383/2017. Item 3. Acompanhamento referente à proposta de vinculação do orçamento da
556 Assistência Social do CNAS. Encaminhamento: Retirado de pauta, tendo em vista o
557 encaminhamento do Item 2. Item 4. Debate sobre “Realização de um estudo técnico sobre o
558 cofinanciamento da Assistência Social no atual cenário” conforme deliberação da 294ª
559 Reunião Ordinária do CNAS. Convidados: SNAS, DEFNAS e CONGEMAS (PUC/PR).
560 Encaminhamentos: a) Apresentar esse estudo no pleno de março, para verificação de apoio
561 do CNAS. Convidados: Jucimeri Silveira e Denise Colin – CONGEMAS (PUC/PR); b)
562 Reunião do CNAS com os atores (SNAS, DEFNAS, CONGEMAS, FONSEAS,
563 FONACEAS, Frente Municipal de Prefeitos, Frente Parlamentar em Defesa dos SUAS) para
564 discussão e possíveis propostas para o financiamento e cofinanciamento no SUAS. Sugestão
565 de data: aguardando a definição da plenária. Item 5. Ofício nº 44/2021 do Conselho
566 Municipal de Assistência Social de Franca/SP, recebido no dia 05 de agosto de 2021, pelo
567 qual encaminha dois Manifestos - Instrumentos de Luta Coletiva e vem solicitar o apoio,
568 adesão e convidar o CNAS a compor a luta em defesa do SUAS. Encaminhamento:
569 Aguardando o posicionamento da Comissão de Política. Pautar em março/2022. Item 6.
570 Apreciação da Minuta de Nota do CNAS em relação à redução orçamentária da LOA 2022.
571 Encaminhamento: Aprovar a minuta de Manifestação do CNAS em relação à redução
572 orçamentária da LOA 2022. Item 7. Definição da pauta de março/2022, do assunto principal
573 e dos convidados, se houver: 7.1. Apreciação do Relatório Final da Ação 8249 –
574 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, exercício 2021. Convidados:
575 Secretaria Executiva do CNAS; 7.2. Status da LOA 2022. Convidados: SPOG e SNAS
576 (assunto principal); 7.3. Ofício nº 44/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social de
577 Franca/SP, recebido no dia 05 de agosto de 2021, pelo qual encaminha dois Manifestos -
578 Instrumentos de Luta Coletiva e vem solicitar o apoio, adesão e convidar o CNAS a compor
579 a luta em defesa do SUAS; 7.4. Construção de proposta de capacitação sobre financiamento
580 e orçamento da Assistência Social (fase 2). Convidado: DEFNAS. Solicitou que fosse
581 incluído, como encaminhamento do Item 1, o envio da apresentação aos conselheiros.
582 Abrindo para manifestações, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva observou que o CNAS
583 aprovará a prestação de contas de um orçamento já executado, porém, destacou que essa
584 aprovação não significa a aprovação do CNAS do orçamento, reiterando que ele é ínfimo e

585 não garante os direitos das pessoas que precisam da assistência social. A Conselheira Magali
586 Pereira Costato Basile externou a sua preocupação, concordando com a explanação anterior.
587 Compreendeu que cabe ao CNAS registrar que o orçamento não está permitindo que a
588 assistência social faça frente às demandas existentes. Reiterada as falas anteriores pela
589 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, o Conselheiro Carlos Nambu
590 informou que, na análise da nota explicativa, foi verificada a execução orçamentária e
591 financeira existente, sendo que não realizaram nenhuma menção de que seria suficiente. O
592 Conselheiro Marcos Maia Antunes afirmou que foi contemplado pela explanação do
593 Conselheiro Carlos Nambu, lembrando que a discussão realizada sobre as PECs que
594 vinculam e constitucionalizam os recursos para a assistência social traz mais perspectivas de
595 uma segurança do orçamento. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima concordou
596 que esse assunto é muito preocupante e observou que os esforços envidados não estão sendo
597 suficientes. Concordou também que devem aprovar o Relatório Final da Execução
598 Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2021, porém, sugeriu incluir algumas
599 observações na proposta de resolução de acordo com as questões colocadas durante essa
600 discussão. Externadas todas as manifestações, o Conselheiro Carlos Nambu realizou a
601 leitura da minuta de Resolução, que dispõe sobre a aprovação do Relatório Final de
602 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS,
603 exercício de 2021. Sendo incluído o seguinte Parágrafo Único: *“Este Conselho faz ressalva*
604 *de que os valores do orçamento em 2021 foram aquém dos definidos pela Resolução CNAS*
605 *nº 12, de 27 de julho de 2020, não atendendo as demandas dos serviços da Rede*
606 *Socioassistencial.”*, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González colocou a referida minuta
607 de resolução em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade com 16 votos
608 favoráveis. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho comentou sobre a importância de
609 o CNAS registrar que o orçamento não atende o que está previsto nas ações da Política de
610 Assistência Social. Com relação ao Item 2, o Conselheiro Carlos Nambu realizou a leitura da
611 proposta de Manifestação do CNAS sobre a LOA 2022 e apresentou a proposta realizada
612 pela Resolução CNAS nº 38/2021 e a LOA definida para 2022, destacando as diferenças em
613 percentuais e em valores. Realizadas as alterações consensuadas pelos conselheiros na
614 proposta de manifestação, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González colocou-a em
615 processo de votação, a qual foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes.

616 Referente ao Item 4, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva solicitou esclarecimentos se as
617 convidadas apresentaram a porcentagem de investimentos dos estados e municípios na
618 assistência social. O Conselheiro Carlos Nambu esclareceu que não teve uma amostragem
619 ideal para realização de um levantamento de percentual, entendendo que pode ser realizado
620 um maior aprofundamento com o apoio do CNAS, CONGEMAS e FONSEAS. Lembrou
621 que ainda está em discussão uma possível proposta de pesquisa para o financiamento e
622 cofinanciamento no SUAS. O Conselheiro Marcos Maia Antunes reforçou que foi proposto
623 um estudo ainda incipiente não representativo e destacou que o Portal do SUAS e o
624 COGEMAS não procuraram a Vigilância que poderia ter os auxiliado na pesquisa. O Sr.
625 Adailton Leite de Souza, Assessor do Gabinete da SNAS, complementou discorrendo que se
626 trata de uma agenda de estudos possíveis de ser feita e a Conselheira Magali Pereira Costato
627 Basile afirmou que as explanações do Sr. Adailton e do Conselho Marcos estão corretas,
628 uma vez que o CONGEMAS entendeu necessário contratar uma consultoria. Não havendo
629 mais manifestações, o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
630 Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros. Feito o
631 intervalo para o almoço e retomada a reunião, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González
632 cumprimentou a todos e prosseguiu ao relato da reunião extraordinária da Presidência
633 Descentralizada e Ampliada CNAS, realizada no dia 14 de janeiro de 2022, indicando os
634 conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes. Postulou que foram
635 debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Pauta da 303ª Reunião Ordinária do CNAS –
636 Fevereiro/2022. Encaminhamento PA: Reunião Extraordinária do CNAS (de forma
637 presencial) – Pauta: Resolução CNAS nº 237/2006 e da Resolução CNAS nº 12/2013 (sobre
638 Situações de Calamidade Públicas e de Emergências). Comissões: dias 22 e 23 de fevereiro.
639 Plenária: dia 24 de fevereiro. Item 2. A Procuradoria da República do Distrito Federal
640 juntamente com TCU respondeu a solicitação de reunião do CNAS para tratar sobre o Item
641 9.6 do Acordão TCU nº 2809/2009 com a sugestão de data para o dia 19 ou 20, em formato
642 online (a confirmar). Encaminhamento da PA: Solicitar que seja no dia 22 de fevereiro no
643 período da tarde de forma presencial. Item 3. A Secretaria Nacional de Assistência Social,
644 do Ministério da Cidadania, está organizando um ciclo de apresentações dos resultados dos
645 seis estudos que integram a Avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e
646 Comunitária, com apoio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança (Ministério da

647 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e demais parceiros do projeto.
648 Encaminhamento da PA: Indicados - Governo: Daniel Iório de Lima, Cássia, Ieda Castro,
649 Célia Melo. Sociedade Civil: Marta Volpi. Item 4. Aprovação de Resolução de Composição
650 dos Subcolegiados do CNAS e dos coordenadores. Encaminhamento da PA: Publicar a
651 Resolução de composição alterando apenas o nome do Conselheiro Marco Cruzeiro. Não
652 havendo manifestações, o relato da reunião extraordinária da Presidência Descentralizada e
653 Ampliada CNAS foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes.
654 Em seguida, realizou o relato da reunião da Presidência Descentralizada e Ampliada CNAS,
655 realizada no dia 8 de fevereiro de 2022, indicando os conselheiros, convidados e membros
656 da Secretaria Executiva do CNAS presentes e postulou que foram debatidos os seguintes
657 itens de pauta: Item 1. Deliberações e Moções das Conferências de Assistência Social
658 (CEAS E CMAS): 1.1. Ofício CEAS/RJ nº 67/2021, recebido no dia 19 de novembro de
659 2021, pelo qual encaminha as moções aprovadas na 13ª Conferência Estadual de Assistência
660 Social do Rio de Janeiro; 1.2. Ofício CMAS nº 64/2021, recebido no dia 29 de novembro de
661 2021, pelo qual encaminha resoluções e as moções da XII Conferência Municipal de
662 Assistência Social de Americana/SP. Encaminhamento da PA: Responder aos Conselhos
663 que o CNAS acolhe as moções e deliberações recebidas. Item 2. Ofício nº 092/2021-
664 CEASPR, recebido no dia 30 de novembro de 2021, que encaminha manifestação de repúdio
665 à alteração da data da XII Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento da
666 PA: Acusar o recebimento. Item 3. 12º Conferência Nacional de Assistência Social: 3.1.
667 Avaliação da Conferência Nacional. Encaminhamento da PA: A Presidência Ampliada
668 sugere que a avaliação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social seja realizada no
669 dia 10 de março das 16h às 18h, na reunião ordinária do CNAS. 3.2. Proposta da Relatoria
670 de sumário para os Anais/Relatório da Conferência Nacional. Encaminhamento da PA: Que
671 a SE/CNAS oficialize a empresa responsável pela operacionalização da Conferência
672 Nacional, com prazo de resposta, solicitando os consolidados das votações nas mesas,
673 registros nos chats pelos delegados e outros participantes. Solicite também à empresa RDK a
674 degravação das falas nas mesas de trabalho. 3.3. Acolhimento das deliberações e das
675 Moções da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos da PA: a)
676 Publicizar as deliberações por meio de Resolução; b) Encaminhar as deliberações para a
677 Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferências de Assistência Social; c) A

678 Secretaria Executiva providenciará o encaminhamento das moções para os órgãos/instâncias
679 competentes. As moções que são de competência do CNAS, a SE encaminhará para as
680 Comissões correspondentes ao tema; d) A SE apresentará relatório com levantamento de
681 todas as moções encaminhadas e apresentará aos Conselheiros na plenária do CNAS. 3.4. E-
682 mail recebido no dia 18 de dezembro de 2021 do Sr. João Malheiros - Delegado da
683 Sociedade Civil, Representante do CERAPE (Centro de Reabilitação do Preso e Egresso) na
684 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos da PA: a) Responder ao
685 delegado que o CNAS não pode se responsabilizar pela fala de convidados, informando que
686 e-mail será enviado para ciência do Sr. Rogério Barba; b) Enviar cópia do e-mail para o Sr.
687 Rogério Barba. Item 4. Prazo de entrega anual do Plano de Ação e do Relatório de
688 Atividades das Entidades nos conselhos em relação à Resolução CNAS/MC nº 32/2021. 4.1
689 E-mail recebido do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS
690 (DRSP/SNAS) sobre o prazo das resoluções CNAS nº18/2020 e nº 32/2021, que dizem
691 respeito à entrega anual do Plano de Ação e do Relatório de Atividades para manutenção de
692 inscrição das OSCs nos conselhos; 4.2 *E-mail* recebido no dia 4 de janeiro de 2022 do
693 CMAS de Piracicaba onde solicita informações sobre a data para entrega anual do Plano de
694 Ação e do Relatório de Atividades para manutenção de inscrição das OSCs nos conselhos.
695 Encaminhamentos da PA: a) Incluir o assunto na pauta da reunião conjunta da Comissão de
696 Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Normas que será realizada no dia 22 de
697 fevereiro; b) Responder ao CMAS de Piracicaba que o assunto será discutido no dia 22 de
698 fevereiro. Item 5. Ofício nº 161/2022/SEDS/SNAS/GAB/CAAD/MC, com solicitação de
699 apoio para mobilização quanto à inclusão dos beneficiários do Benefício de Prestação
700 Continuada (BPC) no Cadastro Único, recebido no dia 21 de janeiro de 2022.
701 Encaminhamento da PA: Encaminhar o Ofício nº 161/2022 da SNAS para os Conselhos
702 Estaduais solicitando que seja divulgado para os CMAS. Enviar para o CAS/DF. Item 6.
703 Construção de Abaixo Assinado do CNAS em defesa da PEC 383/2017. Encaminhamento
704 da PA: Os/as conselheiros/as Carlos Nambu, Ieda Castro, André Veras e Célia Melo farão
705 revisão do documento, observando o texto da PEC. Item 7. Informes: 7.1. E-mail da
706 Associação dos Trabalhadores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São
707 Paulo (SEDS), recebido no dia 14 de janeiro de 2022: Encaminhamento da PA: Encaminhar
708 a todos os conselheiros para ciência. 7.2. Ofício nº 002/2022 da Organização Nacional de

709 Cegos do Brasil – ONCB, recebido no dia 25 de janeiro de 2022. Encaminhamento da PA:
710 Encaminhar demanda ao setor responsável pela emissão de passagens no MC. Item 8.
711 Convite do Instituto dos Cegos da Paraíba para o CNAS participar da inauguração do novo
712 posto Agora Brasil Região Nordeste nos dias 14 e 15 de março na cidade de João Pessoa/PB.
713 Encaminhamento da PA: A Presidência Ampliada sugere que o Conselheiro Beto Pereira
714 represente o CNAS no evento. Item 9. Informes e encaminhamentos das reuniões das
715 Comissões para deliberação da Presidência Ampliada: 9.1. Comissão de Política da
716 Assistência Social. Encaminhamento da PA: A Reunião Conjunta de Política e Normas será
717 solicitada para a pauta de Abril. 9.2. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.
718 Encaminhamentos para a Presidência Ampliada da CAC: 1. Discussão do
719 Tema/Programação da Reunião Trimestral a ser realizada dia 07 de março/2022. Minuta de
720 Programação para a Reunião Trimestral do CNAS – Março 22: Data: 07 de março de 2022
721 (virtual). Horário: 09h30 às 17h30. Local: Ambiente Virtual CNAS. 9h30 – Abertura
722 (Presidente e Vice-Presidente - presença dos coordenadores (PA)). Convidados: MC/SNAS,
723 CEAS e CAS/DF; 10h30 - Tema 1: Lançamento do Painel do CPF. Apresentação:
724 SNAS/DGSUAS e SAGI. Coordenação: CAC; 11h30 – Almoço; 14h00 - Tema 2 –
725 Avaliação das Conferências Estaduais. Coordenação: CAC; 15h00 as 17h00 – Debate com
726 exposição dos CEAS e CAS/DF; 17h00 as 17h30 – Encaminhamentos e Encerramento; 2.
727 Apresentação do relatório de monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a
728 quantidade por UF e as informações qualitativas quantos aos entes afetados. Convidado:
729 DGSUAS/SNAS. Encaminhamento para a Presidência Ampliada: Solicitar a Presidência
730 Ampliada, a inclusão do ponto de pauta, na 304ª Reunião: A apresentação do relatório de
731 monitoramento do artigo 30 da LOAS, identificando-se a quantidade por UF e as
732 informações qualitativas quantos aos entes afetados. Encaminhamento da PA: A Presidência
733 Ampliada sugere a inclusão no dia 10 de março às 14h; 9.3 Comissão Eleitoral – Assuntos
734 para consideração da Presidência Ampliada: 1. Calendário e Pauta das próximas Reuniões
735 da Equipe de Habilitação: 18 de fevereiro de 2022 – 09h00 às 18h00 - Reunião Virtual; 03 e
736 04 de março de 2022 – 09h00 às 18h00 – Reunião Presencial. 2. Pauta: Análise dos
737 processos pela Equipe de Habilitação com a participação de todos os membros da Comissão
738 Eleitoral. Encaminhamento da PA: De acordo; 9.4 Coordenação de Financiamento e
739 Orçamento da Assistência Social. Itens de Financiamento para a Presidência Ampliada: 1.

740 Proposta de reunião do CNAS (presidente e vice-presidente), CONGEMAS e FONSEAS
741 com o Ministro da Cidadania para tratar da LOA 2022; 2. Proposta de reunião do CNAS
742 (presidente e vice-presidente), CONGEMAS e FONSEAS com o Deputado Hugo Leal
743 (PSD-RJ) Relator-Geral do Orçamento da LOA 2022. Encaminhamentos da PA: a) Solicitar
744 reunião com o Ministro da Cidadania entre os dias 23 e 24 de fevereiro, caso positivo
745 convidar um representante do CONGEMAS e um representante do FONSEAS; b) Agendar
746 reunião com o Deputado Hugo Leal para o mês de março, durante a 304ª Reunião Ordinária;
747 c) Incluir na pauta da reunião ordinária de março a Apresentação do “Portal Assistência
748 Social nos Municípios - Estudos sobre Financiamento”. Item 10. Pauta da 304ª Reunião do
749 CNAS – Março/2021: Dia 04/03/2022 – Reunião de Comissão: 9h30 às 18h - Reunião da
750 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Dia
751 07/03/2022 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h30 às 18h -
752 Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia 08/03/2022 – Reunião de
753 Comissões: 9h30 às 18h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos;
754 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da
755 Assistência Social. Dia 09/03/2022 – Reunião de Comissões: 9h30 às 16h - Reunião da
756 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h às 18h - Reunião da
757 Presidência Descentralizada e Ampliada do CNAS. Dia 10/03/2022 – 304ª Reunião
758 Ordinária do CNAS: 9h30 às 10h - Aprovação da ata da 303ª Reunião Ordinária e da pauta
759 da 304ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h - Informes da Presidência/Secretaria
760 Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Informes da SNAS sobre a
761 COVID-19; 11h às 12h30 - Apresentação do “Portal Assistência Social nos Municípios -
762 Estudos sobre Financiamento”; 14h às 15h - Apresentação do relatório de monitoramento do
763 artigo 30 da LOAS. Convidado: DGSUAS/SNAS; 15h às 16h - Relato da reunião da
764 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social; 16h
765 às 18h - Avaliação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 11/03/2022 –
766 304ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h30 às 10h30 - Relato da Presidência Descentralizada e
767 Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão Financiamento e
768 Orçamento da Assistência Social; 14h às 15h30 - Relato da reunião da Comissão de Normas
769 da Assistência Social; 15h30 às 16h30 - Relato da reunião da Comissão de Política da
770 Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento

771 aos Conselhos. Encaminhamento da PA: a) Incluir a Reunião da CABTR na Pauta da 305ª
772 Reunião Ordinária do CNAS – Abril; b) 31/03/2022 – Reunião da Comissão de
773 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - Reunião da Comissão de
774 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - Continuidade ao debate de
775 revisão do Protocolo de Gestão Integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no
776 âmbito do SUAS, tendo como perspectiva informações do CADÚNICO. Abrindo para
777 manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira sugeriu acrescentar, na proposta de
778 sumário para o Relatório da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, o apontamento
779 de dificuldades de acessibilidade, o que foi acatado. Encaminhamento da Plenária: A
780 plenária sugere alteração do texto do item 5 (trecho): “*Ausência de acessibilidade e inclusão*
781 *digital na realidade brasileira (maiores prejudicados foram os usuários)*”. Em seguida, a
782 Vice-Presidente Aldenora Gomes González realizou a leitura da proposta de Resolução com
783 a publicação das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Sugeriu
784 que fosse incluído o termo “acolher” na ementa e no art. 1º da proposta, o que foi acatado.
785 Não havendo mais destaques, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por
786 unanimidade com 13 votos favoráveis. Com relação ao abaixo assinado do CNAS em defesa
787 da PEC 383/2017, informou que a Presidência Ampliada está sugerindo retomar o assunto
788 na reunião extraordinária que será realizada no dia 24 de fevereiro, devido a seguinte
789 complementação do voto do relator: “*Após demandas decidimos alterar o parecer para*
790 *primeiro ponto, inclui determinação constitucional para que estados e Distrito Federal e*
791 *municípios também apórtem no mínimo 1% de suas respectivas receitas correntes líquidas*
792 *em ações, serviços da Assistência Social ao invés de remeter para lei complementar essa*
793 *definição. Afastar a exigência de deliberação de instâncias participativas na definição de*
794 *como e quanto será mantido na União para a gestão e execução de ações e serviços da*
795 *Assistência Social e ampliar esse limite de 1% para 2%.”. O Conselheiro Aginaldo*
796 *Umberto Leal sugeriu também entrar em contato com a assessoria de Deputado André*
797 *Figueiredo e relatar sobre a importância de discutir esse posicionamento indicado no voto. A*
798 *Conselheira Irene Rodrigues da Silva entendeu que é imprescindível que as entidades do*
799 *CNAS entre em contato com o deputado, mas não o Conselho Nacional, uma vez que não*
800 *possuem agenda. Externadas todas as opiniões e manifestações, foram definidos os seguintes*
801 *encaminhamento da plenária: a) Retornar o assunto na Reunião Extraordinária do CNAS no*

802 dia 24 de fevereiro; b) Encaminhar ofício solicitando reunião virtual com o Autor da PEC,
803 Deputado Danilo Cabral e o Relator da PEC, Deputado André Figueiredo. Convidar os
804 representantes do CONGEMAS e FONSEAS. Com relação à pauta da 304ª Reunião
805 Ordinária do CNAS, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira esclareceu que conseguiram
806 definir a reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda
807 para a última quinta-feira de março, sendo que o seu relato seria realizado na Reunião
808 Ordinária do CNAS de abril. Não havendo mais comentários, o relato da reunião da
809 Presidência Ampliada foi considerado aprovado pela unanimidade dos conselheiros
810 presentes. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os itens de pauta, a Vice-Presidente Aldenora
811 Gomes González encerrou a 303ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimentos a
812 participação de todos.

813

814

815

816

817

Aldenora Gomes González

818 **Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - Presidente em exercício**

819

820

Fevereiro de 2022